

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O trabalho dos/ das assistentes sociais no Projeto Meu Endereço Certo

Danielly Camilly da Silva Pereira¹

Carlos Alessandro Duarte²

Valéria de Brício Monteiro³

Gabryela Eliana Correa Lobato

RESUMO

No presente trabalho, foi apresentada uma síntese do processo histórico de urbanização e habitação, no qual levou uma parcela da população a ocupar zonas periféricas, ocasionando um contingente de habitações clandestinas nas quais geram um ambiente de insegurança jurídica em relação à propriedade. A partir disso, insere-se o papel do assistente social nas políticas públicas de habitação e regularização fundiária, particularmente no projeto Meu Endereço Certo, focalizando o bairro da Terra Firme – Belém. Foram realizadas pesquisas bibliográficas em autores que discutem sobre o tema, tendo como base estruturante da análise, o método teórico-crítico-dialético.

Palavras-chave: Urbanização. Regularização Fundiária. Assistência Social.

ABSTRACT

In this paper, a synthesis of the historical process of urbanization and housing was presented, which led a portion of the population to occupy peripheral areas, causing a contingent of clandestine dwellings that generate an environment of legal insecurity in relation to property. Based on this, the role of the social worker in public housing policies and land regularization is inserted, particularly in the My Right Address project, focusing on the Terra Firme neighborhood - Belém. Bibliographic research was carried out in authors who discuss the theme, with the theoretical-critical-dialectical method as the structuring basis of the analysis.

Keywords: Urbanization. Land Regularization. Social assistance.

[1] Universidade Federal do Pará; discente de graduação; daniellycamilly8@gmail.com

[2] Universidade Federal do Pará; discente de graduação; carlos.duarte@icsa.ufpa.br

[3] Universidade Federal do Pará, discente de graduação; bricioval@gmail.com

[4] Universidade Federal do Pará, discente de graduação; gabryelalobato@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo a partir de uma contextualização da urbanização no Brasil, toma como análise principal a clandestinidade na habitação, e tem como objetivo discutir as razões dessa problemática, tratar o papel do assistente social nas políticas de regularização fundiária, e em particular no projeto meu endereço, focalizando o bairro da terra firme em Belém-PA.

Tem como pressuposto a análise histórica e sistemática do trabalho social desenvolvido por assistentes sociais inseridos na política de regularização fundiária. O método a ser utilizado no trabalho é o materialismo histórico dialético pois permite olhar o objeto estudado além das aparências, e as múltiplas determinações, que são traços próprios aos elementos constitutivos de tal realidade estudada. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, será feita a análise através da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica, é realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

2 BREVE SÍNTESE ACERCA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL.

O processo de industrialização no Brasil se deu a partir do século XX, com o intenso fluxo de deslocação do campo para a cidade. Apesar desse fato, os centros urbanos não modificaram de forma significativa os aspectos expostos nos períodos que antecederam a urbanização, pois ainda eram evidenciadas concentração de poder, renda e terra.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As cidades sempre foram vistas como oportunidades de progresso e modernidade, e o contexto político da década de 30, no qual proporcionou o incentivo a industrialização, possibilitou a construção da infraestrutura industrial e urbana no país, intensificando ainda mais o fluxo para as cidades. Todavia, apesar do intenso fluxo, no final do século XX as oportunidades já não eram tão frequentes como no início, com isso, a população que continuava a migrar para os centros urbanos, começou a ocupar locais mais afastados dos meios urbanos, ou seja, as zonas periféricas, a partir daí salientou-se a segregação sócio espacial nas cidades. A urbanização no Brasil é proporcional ao crescimento da pobreza, principalmente nas grandes cidades (SANTOS,1993). Dessa forma, tendo em vista a colocação do supracitado autor:

“A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres.” (SANTOS, 1993, p.10)

Com isso, a segregação do espaço urbano é evidentemente uma das faces mais expressivas da desigualdade social (MARICATO,2003), essa divisão dificulta a possibilidade de acesso a infraestrutura de serviços, de qualidade, oferecidos nos centros urbanos, como: transporte público, saúde, saneamento básico, educação, habitação, etc. Além disso, são acrescidos todos os entraves no qual permeiam aqueles que habitam nas periferias, a dificuldade em alcançar profissionalização, que reflete na complexibilidade em conseguir empregos formais, e desse modo desencadeia uma série de outros obstáculos. Contudo, no presente trabalho serão abordados entraves referentes ao direito e acesso a terra.

A história do acesso à propriedade privada no Brasil é privilégio da burguesia, que sempre foi detentora e centralizadora de terras. Apesar do direito à moradia ser assegurado pela Constituição Federal de 1988, o acesso à moradia é extremamente elitizado. Dessa forma, no que diz respeito ao acesso a habitação, é importante pontuar que para ter acesso a terra, precisa-se de renda, pois para se ter é necessário pagar, seja por meio de compra/venda, seja como aluguel.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além disso, deve-se pontuar as condições das habitações inerentes a periferia, nas quais praticamente em sua totalidade estão localizadas em áreas de riscos (morros, barrancos, favelas, etc.) e tem péssimas condições estruturais, além de não serem abrangidas pelos serviços básicos (saúde, educação, saneamento básico, etc.). “A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade” (MARICATO,2003, p.153). Sendo assim, o fato de que a população não tem acesso a empregos formais, nem aos bens e serviços essenciais, evidencia os entraves para alcançar condições dignas de moradia, e fomenta a expansão da crise urbana. É nesse âmbito que se insere a ilegalidade na ocupação de terras. Nesse sentido:

“Se o Estado faz “vistas grossas” a esse universo de clandestinidade, é porque é a forma que encontra de oferecer uma válvula de escape para as necessidades objetivas e concretas que a massa de trabalhadores urbanos, e a massa pobre, desempregada, recém chegada do campo, tem de habitação.” (MARICATO, 1987, p. 31)

A clandestinidade nas ocupações é vista em praticamente todas as metrópoles do país, afetando principalmente as mais urbanizadas, e sabe-se que são compostas pela população pobre e baixa renda, nas quais não tiveram acesso a habitação e buscam locais irregulares e/ou clandestinos, afastados dos centros das cidades para morar, acentuando a segregação do espaço. Com isso, “a ilegalidade é sem dúvida um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão, segregação ou até mesmo de apartheid ambiental.” (MARICATO,2003,p.153). Como reflexo desse processo, a maior parte dos moradores de zonas periféricas não possuem título de propriedade, principalmente porque as áreas ocupadas não são regularizadas e/ou não possuem nenhuma espécie de documento.

Nesse sentido, a presente análise será voltada para o bairro da Terra Firme, em Belém, apesar de aprofundada em tópico futuro, é imprescindível introduzir o contexto de surgimento do bairro.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O bairro emergiu a partir de ocupações no período entre as décadas de 60 e 70 na área da bacia do Rio Tucunduba, resultante das migrações oriundas do interior do estado para a metrópole, além de ser buscado também por moradores de Belém quando ocorreu processo de expulsão de áreas valorizadas para as margens da cidade. O território é formado por um agrupamento de terras de proprietários particulares, áreas da Santa Casa de Misericórdia do Pará e de propriedade da Universidade Federal do Pará. Há uma extensa complexidade fundiária no território, geradora de frequentes conflitos e dificuldades para os moradores. Apesar de ser um território consolidado, existe uma intensa insegurança jurídica em relação à propriedade.

3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Constituição Federal de 1988, em capítulo referente à Política Urbana, estabelece que a propriedade deve cumprir função social, cabendo à instância municipal garanti-la. Isso é viabilizado através do Plano Diretor, o qual define as exigências para o cumprimento da função social da terra em seu respectivo município. Nesse sentido, A Lei nº 13.465, de 2017, referente a Regularização Fundiária Urbana (REURB) é instaurada como um processo de ações jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais que visam a inclusão de núcleos urbano informais à organização formal do território (ou seja, à cidade formal), bem como a titulação do ocupante.

A partir do cenário destacado no tópico 2 deste trabalho, observa-se que a ocupação dos loteamentos ilegais tornou-se uma alternativa encontrada pela população empobrecida da cidade para driblar o déficit habitacional, mesmo que de maneira informal. Nesse sentido, Maricato destaca a importância da regularização fundiária nas áreas já ocupadas informalmente:

“A regularização fundiária é um complemento natural da urbanização. Não se trata de um mero apego à norma legal. Apenas com a regularização

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



jurídica podemos reconhecer como cidadãos os moradores dessas áreas.”
(MARICATO, 2003)

Além da segurança jurídica, tendo o direito ao documento de posse do território ocupado, o morador pode ter maior tranquilidade quanto ao acesso a outros direitos e serviços, pois facilita até mesmo a entrega de correspondências e a efetivação de vínculos empregatícios.

É necessário que, além da regularização, seja realizada a análise da totalidade, ou seja, do acesso à integração e ao direito à cidade. Visto que, em sua maioria, essas ocupações encontram-se em territórios precários e/ou de risco ambiental, é imprescindível que haja a manutenção das condições urbanísticas desses loteamentos:

“[...] como aquelas que abrigam moradias em situação de risco geotécnico (desmoronamentos), ausência de saneamento ou rede de drenagem. Raramente uma ocupação espontânea, que envolva certo número de pessoas, que não contou com o concurso de qualquer conhecimento técnico de engenharia e arquitetura, apresenta condições adequadas de moradia para seus ocupantes.” (MARICATO, 2003)

Desse modo, urge a efetivação de legislações urbanísticas que considerem o caráter histórico da irregularidade fundiária e coloquem em prática as ações que visam efetivar o direito à moradia no país, associado também a garantia do direito à cidade como um todo, através do acesso ao saneamento básico, da qualidade do arruamento que interliga as diversas localidades, enfim, da malha urbana que cerca o território ocupado.

3.1 O trabalho social na política de regularização fundiária

Dentro do processo de regularização fundiária, o trabalho social, segundo Corrêa (2022) “considera-se fundamental para o impulsionamento da maioria das ações, desde a apresentação do projeto, até a entrega das certidões de regularização fundiária (CRF's) do início ao fim, até ser efetivada a conclusão do projeto”. Uma vez

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que ele promove a mobilização social, a organização dos moradores e novas configurações na relação entre as comunidades e as esferas do poder público. No entanto, não há nenhum ato normativo que garanta a inserção do trabalho social na política de REURB, nesta perspectiva Corrêa (2022) afirma :

“A Lei nº 13.465/2017 não prevê expressamente dispositivos que definam e prevejam o trabalho social dentro da Regularização Fundiária Urbana, mas traz diversos outros elementos que contribuem e são cobrados para a efetivação e melhor desenvolvimento das ações de regularização fundiária nos municípios brasileiros.” (CORRÊA, 2022, p.101)

A incorporação histórica do trabalho social na regularização fundiária ocorreu através do projeto integrado de construção de moradias do Programa Habitar Brasil BID, e foi considerada como elemento estruturante de apoio ao Programa. A implementação desse projeto permeava a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental e a geração de emprego e renda. Além disso, a abordagem teve de ser planejada de forma a acompanhar as fases da intervenção física (antes, durante e depois dos trabalhos, bem como antecipar o período pós-ocupação). (CORRÊA, 2022, p. 103)

As principais ações presentes no trabalho dos(as) assistentes sociais envolvidos (as) nas equipes de regularização fundiária urbana, consistia em mobilização e organização comunitária, capacitação de líderes comunitários, além de haver, também, a preparação das famílias para a adequada implantação dos serviços de infraestrutura. (HABITAR BRASIL, BID, 2017)

Lima e Souza Junior (2020) argumentam que, embora todos os níveis de regulamentação fundiária sejam necessários, o trabalho social é um componente chave devido à sua materialidade para a implementação bem-sucedida de novas medidas para legalização territorial, com isso, a população entende a importância desse trabalho, e tem uma atuação intrínseca no processo, de forma efetiva.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ao investigar a concepção de trabalho social na regularização fundiária entre assistentes sociais atuantes dentro desta política, constata-se que a maioria dos(as) entrevistados (as) apontam como elemento em comum: “a sensibilização e a participação da comunidade nos projetos de regularização fundiária, tendo relação intrínseca com todas as etapas da REURB e as que envolvem o trabalho do/a assistente social, tais como: a participação nas reuniões, esclarecimento à comunidade, execução do cadastro social e organização da coleta documental.” (CORRÊA, 2022, p.139)

À vista disso, há uma relação entre a convicção desses profissionais acerca do trabalho social e os instrumentais utilizados na sua atuação, Corrêa (2022) ao apreender Guerra (2017), analisa que a profissão conhecida e reconhecida como é, se dá através da dimensão técnico-operativa. Sua legitimidade social está nas respostas que são dadas às necessidades históricas e sociais de seu tempo e espaço.

No entanto, o exercício profissional dos(as) assistentes sociais não pode ser reduzido apenas a responder às demandas institucionais e das comunidades envolvidas no processo de REURB, pois corre-se o risco de confundir suas intervenções com a de um(a) técnico (a) que tem como destino fim de sua práxis, a solução de problemas, e o imediatismo para solucionar as demandas que lhe são postas (CORRÊA, 2022,p.141).

Para Guerra (2017), a dimensão técnico-operativa não pode ser apartada das demais dimensões e nem deve ser reduzida a instrumentos e técnicas. É preciso uma articulação com as demais dimensões, para a análise da realidade e investigação das demandas, a dimensão teórico-metodológica deve ser mobilizada, assim como a dimensão ético-política, que permite projetar as ações em vista de valores e finalidades, e a posterior avaliação das consequências das ações.

Assim, é necessário o reconhecimento e identificação das contradições presentes no trabalho social, presente em cada condição, historicamente determinadas, que variam em cada cenário de atuação. Dessa forma, assume-se uma postura investigativa que instigará novas descobertas nas ações profissionais

PROMOÇÃO



APOIO



dos/as trabalhadores sociais envolvidos na política de regularização fundiária. O trabalho desenvolvido por assistentes sociais nas políticas de REURB, não deveria reduzir-se ao conjunto de instrumentais utilizados na atuação, o Serviço Social é constituído por múltiplas dimensões, é necessário reconhecer sua instrumentalidade como mediação, apenas dessa forma será possível haver uma articulação entre as dimensões e as respostas profissionais (CORRÊA, 2022, p.141)

4 . POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO EM BELÉM DO PARÁ

Para um breve comentário sobre o entendimento que guia esse debate é importante lembrar que políticas públicas são ações, programas, medidas e decisões tomadas pelo governo em resposta a demandas e necessidades da sociedade, com o objetivo de promover o bem-estar coletivo e alcançar determinados objetivos públicos. Elas envolvem a mobilização de recursos, a definição de diretrizes, a criação de leis e regulamentos, e a implementação de ações específicas para lidar com problemas e desafios em diversas áreas.

No contexto de políticas públicas destinadas para a habitação em Belém, podemos mencionar algumas políticas públicas relacionadas:

1. Programa Minha Casa, Minha Vida: Desenvolvido pelo Governo Federal, esse programa tem como objetivo facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda. Ele subsidia a construção de unidades habitacionais e oferece condições especiais de financiamento, permitindo que essas famílias adquiram suas próprias casas.
2. Projeto Saneamento Para Todos: Essa política busca promover o acesso a saneamento básico adequado, incluindo água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, em áreas urbanas de Belém. O objetivo é melhorar as condições de vida e saúde da população por meio do saneamento.

PROMOÇÃO



APOIO



3. Programa Morar Legal: Essa política tem como objetivo regularizar áreas ocupadas de forma irregular, concedendo títulos de propriedade para os moradores. O programa busca garantir segurança jurídica e acesso a serviços básicos para famílias que vivem em assentamentos informais.

Essas são apenas algumas políticas públicas relacionadas à habitação em Belém, e outras ações podem ser desenvolvidas em níveis municipal, estadual e federal. É importante ressaltar que as políticas públicas são dinâmicas e estão sujeitas a alterações ao longo do tempo, em resposta às demandas e necessidades da população.

É fundamental consultar fontes atualizadas e específicas para obter informações detalhadas sobre as políticas públicas de habitação em Belém, bem como para acompanhar as iniciativas e programas implementados pelo governo e seus impactos na realidade local.

4.1 Historicidade e precariedade das habitações no bairro da Terra Firme

A Terra Firme é um bairro localizado na periferia de Belém, capital do estado do Pará, no Brasil. Com uma população de aproximadamente 100.000 habitantes, é uma região marcada por uma rica cultura local, desafios sociais significativos, índices de criminalidade elevados e problemas habitacionais.

A cultura da Terra Firme é diversa e reflete as influências da Amazônia e da cultura paraense. A música e a dança são expressões artísticas muito presentes, com destaque para o carimbó, ritmo típico da região. Além disso, a culinária paraense é uma parte importante da identidade cultural do bairro, com pratos tradicionais como o tacacá, o açaí e o pato no tucupi.

No entanto, a Terra Firme enfrenta desafios sociais e econômicos significativos. Os indicadores sociais são muitas vezes desfavoráveis, com altos índices de pobreza, baixa escolaridade e falta de acesso a serviços básicos de saúde

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e educação. A infraestrutura urbana também é precária em muitas áreas, com deficiências no fornecimento de água potável, saneamento básico e transporte público.

No que diz respeito à habitação, a Terra Firme apresenta uma realidade de ocupação irregular e falta de regularização fundiária. Muitos moradores vivem em condições precárias, em casas improvisadas e áreas de risco, como encostas íngremes e margens de rios. A carência de moradia adequada e a falta de investimentos em infraestrutura habitacional são questões importantes a serem enfrentadas na região.



Imagem 1: Precariedade das habitações no bairro da Terra Firme, periferia de Belém - Pará

Fonte: Antônio Cícero / Folhapress

Na imagem 1 pode-se observar as condições precárias de habitação em que vive a população do bairro, a partir disso é importante ressaltar que essas características e desafios são fruto de um contexto complexo e multifacetado. Para promover uma transformação positiva na Terra Firme, é necessário um trabalho conjunto e integrado que envolva políticas públicas, investimentos em infraestrutura, segurança, educação, saúde e inclusão social, bem como o fortalecimento da participação da comunidade local nas decisões que afetam o bairro.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

4.2 Projeto Meu Endereço Certo e a ação do(a) Assistente Social

O projeto Meu Endereço Certo tem como objetivo principal auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade social a obter um endereço fixo e regularizar sua situação habitacional. Esse é um problema que, como exposto nos tópicos anteriores, é comum a famílias de todo o país, nas quais vivem em condições precárias, sem acesso aos serviços básicos e sem perspectiva de melhora em suas condições de vida.

O projeto foi criado com o objetivo de promover a cidadania e a inclusão social, buscando oferecer um endereço fixo para essas populações, o que pode abrir portas para outras oportunidades, como o acesso a serviços públicos e a possibilidade de conseguir um emprego. A ação é uma parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o governo do Estado do Pará, por meio do Programa TerPaz, respaldada na Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabeleceu os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e determinou normas de ordem pública e interesse social acerca do uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos(ãs), bem como do equilíbrio ambiental. Para viabilizar esse projeto, conta-se com a colaboração de assistentes sociais que desempenham um papel fundamental na identificação das demandas dos indivíduos e no encaminhamento adequado dos mesmos aos órgãos responsáveis. Os(as) assistentes sociais são os responsáveis por realizar a abordagem dessas pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo suas necessidades e promovendo o acesso aos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social e habitação.

Ao longo do projeto, muitos usuários(as) já foram beneficiados(as) com a regularização de sua situação habitacional e com a obtenção de um endereço fixo, o que possibilitou uma série de melhorias em suas vidas. Algumas dessas melhorias

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



incluem o acesso à carteira de identidade, a possibilidade de abrir uma conta bancária, conseguir um emprego formal e matricular seus filhos na escola.

Além disso, o projeto também trabalha com a conscientização da população em geral sobre a importância de oferecer apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social, buscando promover a empatia e a solidariedade em relação a essas pessoas.

Em suma, o projeto Meu Endereço Certo é uma iniciativa importante para promover a inclusão social e a cidadania, oferecendo uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. A atuação dos assistentes sociais é fundamental para a realização deste trabalho, tornando possível a identificação das demandas dos indivíduos e o encaminhamento adequado para os serviços públicos essenciais. É necessário que esse tipo de projeto se expanda para outras localidades do país, para que mais pessoas possam ser beneficiadas e terem a oportunidade de viver com dignidade e respeito.

5 CONCLUSÃO

A partir das exposições no decorrer do texto, pode-se concluir que a habitação no Brasil está inserida nas contradições da sociedade capitalista, onde se a sociedade capitalista é movida pela contradição entre capital e trabalho, essa contradição multiplica-se e desdobra-se em todos os campos da atividade social e da vida humana. (DUARTE, 2010 p.80), e é uma problemática vista desde o processo de urbanização do país, já que afastou dos centros urbanos as populações mais pobres, nas quais tiveram que se instalar em locais com condições precárias e privadas dos direitos básicos garantidos na Constituição Federal de 1988. Com isso, constata-se que para se ter acesso à habitação digna, em locais com acesso a segurança, saúde, educação, transporte, etc., é necessário possibilitar recursos suficientes para que o indivíduo alcance desejada estabilidade financeira, já que o acesso a moradia, seja qual for o meio, tem um alto custo.

PROMOÇÃO



APOIO





Por outro lado, é imprescindível indicar o papel fundamental das políticas públicas de habitação e regularização fundiária, pois com isso viabiliza-se meios para garantir melhores condições de habitação para a população, além de proporcionar o acesso à rede de serviços da cidade. Logo, identificou-se a relevância de projetos que visam regularizar o acesso à moradia digna, já que a clandestinidade é realidade no país, e implica uma série de violações de direitos.

O Projeto Meu Endereço Certo, dispõe de um trabalho fundamental no bairro da Terra Firme, e o papel do(a) assistente social é indispensável, pois é a partir da abordagem e do acolhimento, que são identificadas e encaminhadas as demandas dos(as) usuários(as). Desse modo, a alocação de assistentes sociais nesses projetos é imprescindível, pois atua na garantia e na luta pelos direitos da população, seja em relação a benefícios, a direitos constitucionais ou atendimentos. Além disso, o contato com o profissional capacitado, que oferece um atendimento de qualidade, proporciona maior segurança e conforto para os(as) usuários (as).

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão.** 1. ed. Brasília, 2016.

Corrêa, Isabella Santos, et al. "Política de regularização fundiária urbana de interesse social no estado do Pará (2009-2018)." *O Social em Questão* 4.53 (2022). p.243. 2022.

DUARTE, Newton. **Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista.** Pro-Posições, v. 21, p. 75-87, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FURO, Arleisson Fernan Pedreira. **Projeto Meu Endereço—Entidades:** Mapeamento, identificação e assistência técnica a organizações sociais. 2021

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, Cláudia M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

HABITAR BRASIL BID. Ministério das Cidades, 2017

LIMA, Daniela de Freitas; SOUSA JUNIOR, Almir Mariano. **O trabalho social na regularização fundiária urbana.** Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, v. 6, 2020.

MARICATO Ermínia, **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados, v. 17, p. 151-166, 2003.

MARICATO Ermínia, **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal.** In: Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96

PEREIRA, Aparecida Veloso; BARBOSA, Fernando Cordeiro. **Aspectos jurídicos relativos às desocupações de moradias em áreas de risco em decorrência de desastres.** Direito, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 41 100413.indd 30, n.4, p. 30 a 51, julho/dezembro, 2012.

SANTOS Milton, **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

PROMOÇÃO



APOIO

